

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os trabalhadores exigem: o movimento queremista e a candidatura Vargas

Michelle Reis de Macedo*

Resumo: Os trabalhadores participaram ativamente do processo de democratização ao longo do ano de 1945, sobretudo no movimento conhecido como “Queremismo”, reivindicando a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Milhares de telegramas foram enviados por trabalhadores e populares a Vargas pedindo sua candidatura para a próxima eleição presidencial que ocorreria a 2 de dezembro daquele ano. Em seus textos, os trabalhadores traduziam a importância das políticas públicas patrocinadas pelo Estado na década de 1930 e, no momento da transição democrática, demonstravam o temor de perder os direitos de cidadania social que alcançaram nos anos anteriores. Portanto, exigir a candidatura de Vargas foi uma das possibilidades que encontraram para garantir a manutenção das leis sociais.

Palavras-chave: trabalhadores – cidadania – democracia

Abstract: The laborers had participated actively in the democracy process during 1945, especially in the movement called “Queremismo”, claiming for the permanence of Getúlio Vargas in the Republic presidency. Millions of telegrams had been sent by laborers and ordinary people to the president requesting his candidature for the next presidential election that would occur on december 2nd in the same year. In these texts, they had expressed the importance of public politics supported by the State in the decade of 1930 and, along the democracy transition, they had feared losing their rights of social citizenship they had gotten years before. Therefore, demand Vargas’ candidature was one of the possibilities they found to guarantee the maintenance of the social laws.

Keywords: laborers – citizenship – democracy

Ocorrido em 1945, o movimento queremista contou com a participação de grandes camadas populares da sociedade ao reivindicar a permanência de Getúlio Vargas no poder. Episódio histórico que intrigava os grupos liberais: como seria possível, em plena crise da ditadura, o crescimento do prestígio do ditador entre os mais pobres? Parecia incoerente, mas um esforço para tentar entendê-lo era preciso; afinal de contas, o movimento estava tomando as ruas de todo o país. Para as oposições, o Queremismo não passava de uma estratégia de Vargas para continuar no poder e dificultar a transição democrática. Portanto, não hesitaram em desqualificá-lo. Na grande imprensa liberal, o movimento era visto como resultado da

* Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense e mestranda vinculada ao programa de Pós-Graduação em História Social desta mesma instituição. Financiada pela Capes.

repressão e da manipulação da propaganda fascista do governo; e, por serem supostamente ingênuos, os trabalhadores e populares teriam acreditado na falsa imagem bondosa do Estado.

Essa explicação, formulada no contexto da democratização de 1945, ainda hoje possui adeptos no âmbito acadêmico das ciências sociais sob a categoria de “populismo”.¹ Portanto, populista seria aquele político intencionado a enganar os trabalhadores através da propaganda política e controlá-los através da repressão. Getúlio Vargas, nesse sentido, seria a personalidade que melhor representaria esse perfil político. E, no crepúsculo do Estado Novo, recorreu às suas estratégias manipuladoras para convocar trabalhadores e populares a participarem de um movimento a favor de suas manobras continuístas. De acordo com essa concepção, a base popular do clamor a Vargas não conseguia perceber a realidade em que vivia devido à ignorância em que estava mergulhada.

Essas explicações, supostamente racionais e óbvias, simplificam uma realidade que é complexa, dificultando sua compreensão. O Queremismo só pode ser compreendido considerando-se a lógica da cultura política, entendida como um conjunto coerente de elementos que se relacionam entre si, definindo uma determinada identidade e uma certa visão de mundo responsáveis por uma idealização do que seria uma “boa sociedade” (BERSTEIN, 1998). E, para tentar reconstruir a visão de mundo daqueles que clamaram pela candidatura de Vargas em 1945, recorri a fontes, cujo conteúdo expressasse seus desejos através de suas próprias palavras. Do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Amapá, Pará, enfim, de diversos estados brasileiro foram enviados milhares de telegramas por trabalhadores e populares a Getúlio Vargas, solicitando-o a aceitação de sua candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam a 2 de dezembro daquele ano.² Em seus textos, os trabalhadores traduziam a importância das políticas públicas patrocinadas pelo Estado na

¹ Sobre o conceito de populismo, a coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica*, organizada por Jorge Ferreira, reúne artigos que propõem historicizar tal conceito, procurando entendê-lo dentro do contexto em que foi formulado e de que forma foi aplicado, em diversos momentos, para traduzir práticas sociais. Ver: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

² Em *Trabalhadores do Brasil. O Imaginário popular*, Jorge Ferreira procurou compreender a relação entre Estado e povo, a partir de correspondências escritas por este último ao presidente da República. Ao trabalhar com este tipo de fonte, o autor constatou que, apesar desta prática não ser novidade, o ato de escrever ao presidente passou a ser um eficiente meio de comunicação entre o Estado e a sociedade nas décadas de 1930 e 1940. Pretendo também trabalhar com correspondências; entretanto, optei por aquelas escritas no ano de 1945, durante a crise do Estado Novo, a fim de compreender a escolha política de trabalhadores e populares em reivindicar a candidatura de Vargas.

década de 1930 e, no momento da transição democrática, demonstravam o temor de perder os direitos de cidadania social que alcançaram nos anos anteriores. Portanto, exigir a candidatura de Vargas foi uma das possibilidades que encontraram para garantir a manutenção das leis sociais.

De Penedo, estado de Alagoas, um curioso telegrama, assinado por dez operários, além de pedir para que Vargas ficasse, expressava gratidão pelas obras empreendidas por ele durante seu governo:

Nós, abaixo-assinados, levados pelo espírito patriótico, de operários em ações, de trabalhadores do Brasil, residentes nesta cidade de Penedo, Estado de Alagoas, reunidos e cumprindo um dever de gratidão, levamos ao reconhecimento de V. excia. que não encontramos nenhuma manifestação satisfatória nos operários desta terra no sentido de que seja a pessoa de V. excia. substituído no Governo. Contudo, desejamos à pessoa de V. excia. paz e prosperidade e, numa manifestação ansiosa, que seja V. excia. o dirigente do seu benemérito Governo. E aqui estamos ao lado de V. excia., não com espírito político, mas como operários unidos e que compreendem os grandes benefícios prestados por V. excia. em favor da pátria querida. Implorando a ordem e o progresso na continuação da grandiosa obra que vem imprimindo com seus esforços, desejamos que o Brasil seja mais cedo ou mais tarde o empório de todo o universo (O Jornal, 28 de agosto de 1945: 6).

Através deste texto elaborado por operários, é possível identificar a lógica simbólica da relação entre Estado e sociedade, sobretudo trabalhadores, construído a partir da ideologia trabalhista. Segundo a concepção de Angela de Castro Gomes, no Estado Novo, criou-se uma relação Estado-povo baseada na questão social, ignorada antes de 1930. O discurso trabalhista pretendia divulgar a idéia de que a questão social teria sido resolvida através de doações do Estado, personalizado na figura do presidente, cujas sabedoria e perspicácia lhe davam a capacidade de se antecipar às demandas do povo. Apesar de agir por vontade própria, o presidente estaria doando porque conhecia o seu dever histórico de fazê-lo, a fim de se construir uma sociedade harmônica. E como parte deste pacto, os atos de receber e retribuir seriam igualmente essenciais para o bom funcionamento desta relação (GOMES, 1988). Portanto, ao interpretar o telegrama acima se baseando no discurso trabalhista, é lícito afirmar que os remetentes estariam, nas suas próprias palavras, “cumprindo um dever de gratidão” por tantos benefícios que receberam do presidente durante seu governo. E neste momento de dificuldade política para o presidente, estariam retribuindo ao desejar, “numa manifestação ansiosa, que seja V. excia. o dirigente do seu benemérito Governo”.

Todavia, “a força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio da sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou rebelde”(CHARTIER, 1995: 182), ou seja, há uma determinada distância entre a intenção de se impor algo e a recepção

desta imposição; os grupos dominados apropriam-se dos próprios meios destinados a se sobrepor às suas idéias e crenças para afirmar suas identidades e o modo como interpretam a realidade social.

A correspondência escrita por Ricardo Lopes de Azevedo, da cidade de Aracajú, Sergipe, também revela a apropriação do discurso estatal pelas pessoas comuns, com o intuito de defender sua escolha política e seus interesses sociais.

Permita-me V. Excia., qualidade brasileiro amante progresso minha terra, manifeste meu mais íntimo sentimento de sufragar nome V. Excia. cargo Presidente República, afim não interromper extraordinária obra administrativa seu fecundo governo que tanto tem engrandecido moral e materialmente este Brasil. Sou dos que pensam que salvação do país está na continuação governo V. Excia. esperando que a Providência oriente homens do Brasil sentido sua política se exerça consagrando nas urnas o aureolado nome de V. Excia. Trabalhador desta cidade, ponho-me, em companhia meus filhos e alguns amigos ao serviço de V. Excia consciente que estou cumprindo meu dever de brasileiro independente (O Jornal, 31 de agosto de 1945: 6).

Ao afirmar que o Brasil, sob a gerência de Vargas, foi engrandecido moral e materialmente, o telegrama faz referência ao discurso político trabalhista, que pretendia consolidar a idéia de Estado protetor e doador de bens simbólicos e materiais. Convencido de que, nesse momento de mudança política, poderia perder os benefícios concedidos pela “extraordinária obra administrativa” do presidente, Ricardo de Azevedo apelou para a proteção de Vargas, único capaz de salvar o Brasil e, cumprindo com o ser dever de cidadão brasileiro, estava disposto a apoiá-lo como candidato nas próximas eleições.

Através das palavras desse remetente, é possível também constatar a força do mito Vargas em 1945, momento decisivo para a política brasileira. Algumas expressões como *salvação*, *Providência*, *consagrando* e *aureolado* fazem parte de um universo religioso; no entanto, foram utilizadas em um discurso político. Isso ocorre porque o comportamento humano no universo social dessacralizado ainda carrega consigo traços de uma valorização religiosa do mundo; e o mito, entendido como modelo exemplar, é um deles (ELIADE, 1992). No telegrama acima, o mito do Salvador destaca-se como uma poderosa força de mobilização política.

O apelo ao salvador geralmente aparece sob os termos guia, redentor, chefe, dentre outros, como no seguinte telegrama enviado de São Paulo e assinado por 27 pessoas: “Nosso guia, nosso chefe, nosso amigo não nos desampare. Tem que ser nosso candidato” (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8). Para aqueles que sentem e vivem o mito Vargas, o líder do Estado Novo é “aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más”

(GIRARDET, 1987: 17), isto é, o único capaz de defender o povo das ambições dos políticos corruptos, como revela o telegrama: “Ferroviários S.P.R. São Paulo apela patriotismo v. excia candidatando-se presidência da República salvar Brasil das garras política carcomida evitando desgraça povo brasileiro” (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8).

Na tentativa de buscar explicações rápidas para esse fenômeno social, ainda há aqueles que afirmam ser o mito Vargas resultado de uma poderosa propaganda política. Promovida pela máquina estatal, a propaganda, segundo essa concepção, seria uma eficaz estratégia para enganar os grupos populares, introduzindo em suas mentes a imagem de Vargas como seu salvador. No entanto, atribuir à propaganda política estatal uma absoluta eficiência em construir um mito forte e duradouro é uma análise simplista demais. É preciso considerar que, para além da ação propagandística, a vida material e simbólica das pessoas foi afetada por realizações significativas. Portanto, trabalhadores e populares, capazes de pensar por si mesmos, refletiram acerca de sua realidade e, a partir daí, identificaram-se com o mito Vargas.

Cabe recordar que, antes de 1930, a relação entre Estado e classes populares era extremamente conflituosa. Além de serem tratados com desconfiança pelas autoridades políticas, os trabalhadores não podiam contar com a proteção de leis sociais. Mas, a partir de 1930, os mesmos foram reconhecidos politicamente e obtiveram uma série de leis trabalhistas as quais já faziam parte de sua pauta de reivindicação. Dessa forma, para compreender o apoio dado por eles a Getúlio Vargas, não é possível ignorar a experiência³ que viveram antes e depois de 1930, pois foi baseando-se nela que eles optaram por uma certa estratégia política: clamar pela permanência de Getúlio Vargas na presidência da República.

Os telegramas escrito pelos adeptos do “Queremos Getúlio”⁴ apresentavam uma certa homogeneidade em seus argumentos, sugerindo a existência de um mesmo padrão cultural, ou melhor, de uma cultura política popular. Seus autores mostravam-se gratos pela concretização das leis do trabalho, mas também inconformados com a decisão de Vargas de voltar para São

³ E. P. Thompson contribuiu amplamente para o desenvolvimento da história política e cultural ao retomar as discussões acerca do conceito de classe social. O autor utiliza a categoria “experiência” para destacar a importância da vivência, dos valores e dos comportamentos dos trabalhadores na formação desse grupo como classe social. Ver: THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

⁴ Lema do movimento queremista.

Borja, sua cidade natal. Da cidade de Viríssima de Mattos, no Rio Grande do Sul, Miguel dos Santos e sua esposa Conceição dos Santos escreveram:

Com viva satisfação dirigimos vossa senhoria estas humildes linhas saudando-vos com sincero respeito e fazendo votos que V. Excia. continue sendo sempre nosso ilustre presidente que há tanto nos governa, apesar de vossas palavras que achamos num jornal que deseja habitar na fazenda de São Borja. Será melhor para o senhor, e nós como iremos ficar? Sou pobre trabalhador lutando na construção estrada ferro, habitando centro das matas Bento Gonçalves, deste inhóspito lugar vos dirijo implorando Deus para que V. Excia. continue seus nobres poderes não esquecendo deste casal de velhos que manda fotografia para senhor conhecer. Desculpe se fomos importunos. Assinamos respeitosamente. Miguel dos Santos e Conceição dos Santos independente (O Jornal, 31 de agosto de 1945: 6).

Nota-se na correspondência acima uma aparente contradição. O remetente reconheceu e denunciou sua difícil condição de vida e de trabalho, porém, ao mesmo tempo, expressou uma sincera admiração pelo chefe do governo. Miguel não considerava incoerente essas duas proposições; isto é, para ele, saudar o presidente não significava conformismo. Ciente de sua situação social, Miguel e Conceição escolheram insistir na candidatura de Vargas porque reconheciam nela a única forma de serem amparados.

Essas pequenas correspondências, vindas de diversos lugares do Brasil, expressavam também o modelo de democracia reivindicado pelos queremistas. Para os opositores do Estado Novo e defensores de um sistema liberal-democrático aos moldes norte-americano, não havia lógica em exigir uma democracia que tivesse um ditador na presidência; sendo assim, só conseguiam entender o Queremismo pela lógica da manipulação. Todavia, os queremistas não só reivindicavam uma democracia, como também ampliaram e radicalizaram esse conceito. De São Paulo, 30 pessoas assinaram: “Só ao povo cabe o direito de indicar seu presidente, e o povo quer Vossência”; de Recife, Romildo Souza escreve: “É o povo quem escolhe seus mandatários, não cabe nenhuma recusa aos escolhidos. E V. Ex. não pode e nem deve recusar um mandato que o povo lhe confere”. (*O Jornal*, 28 de agosto de 1945: 6 e 30 de agosto de 1945: 4). Estes e outros telegramas demonstram que, para eles, a democracia só se realizaria em sua plenitude se existisse a soberania popular, ou seja, não bastava votar em nomes para a presidência de República, mas também, e sobretudo, permitir que o povo pudesse escolher os próprios candidatos para disputar as eleições. Portanto, as candidaturas de Eduardo Gomes, candidato pela UDN, e Eurico Dutra, candidato pelo PSD, foram consideradas, pelos queremistas, impostas ao povo pelas elites políticas (FERREIRA, 2005: 64-65). Enfim, sentiam-se no direito de rejeitar as candidaturas oficiais e de exigir a

candidatura Vargas, como escreveu Tunei Lassi, de São Paulo: “Exigimos a vossa candidatura” (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8).

Antonio Benedito Lopes Ribeiro, morador da cidade de Paraisópolis, em Minas Gerais, não hesitou em revelar sua emoção ao testemunhar, em um comício queremista, a multidão exaltando o nome de Getúlio Vargas: “Estou ouvindo comício em prol da vossa candidatura. Rolam-me pelas faces lágrimas de emoção, pois vejo assim a imortalização do maior vulto da América do Sul. Felicitações” (*O Jornal*, 28 de agosto de 1945: 6). Estas palavras carregam um conteúdo extremamente emocional, o que permite ao historiador caracterizar a relação entre o Estado, representado por Vargas, e os populares como algo para além da lógica utilitária, isto é, trocar leis por obediência. Sabe-se que “apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condições de exprimir sua realidade profunda” (GIRARDET, 1987: 23). Entretanto, mesmo reconhecendo os limites da análise histórica, cabe ao historiador perseguir com convicção a compreensão da realidade social. Os telegramas pedindo a permanência de Vargas no poder em plena crise da ditadura estado-novista oferecem importantes indícios ao pesquisador que pretende compreender a motivação do apoio a Vargas por parte dos trabalhadores e populares.

Considerações finais

Para os críticos de Getúlio Vargas, a pauta de reivindicação dos queremistas era incoerente. Ditador e democracia não combinavam. A única forma de entender esse fenômeno era culpando a máquina de propaganda do governo em conjunto com os mecanismos repressivos. No entanto, a partir das evidências históricas, com destaque para os telegramas enviados a Vargas, compreende-se que aqueles que lhe deram apoio tiveram motivos e interesses particulares. Numa relação de troca, o ditador conseguiu conquistar a confiança dos trabalhadores e populares; confiança esta que alimentou um movimento de grandes repercussões no país – o Queremismo – com o objetivo último de manter vivos o reconhecimento político e os benefícios sociais conquistados e, para eles, apenas o ditador poderia fazer isso. Possuíam a certeza de que ele nunca os trairia.

Referências bibliográficas:

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Riux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CABRAL, Elza Borghi de Almeida. **O queremismo na redemocratização de 1945**. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. In: **Estudos Históricos**. Vol.8, n.16. Rio de Janeiro: 1995.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____ (org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945*. In: **O Imaginário Trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____ & D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.